

Orçamento vai ao Congresso

Receita e despesa são de NCz\$ 959 bilhões e Judiciário não aceita limite de gastos

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — O presidente José Sarney enviou ontem ao Congresso a proposta de Orçamento Geral da União para 1990 — o orçamento que vai ordenar os gastos dos primeiros nove meses e meio do governo do presidente da República que será eleito ao dia 15 de novembro.

"É um orçamento austero", afirmou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, ao entregar ontem à tarde ao presidente do Senado, Nelson Carneiro, o projeto de lei do Executivo, que prevê receitas e despesas globais de NCz\$ 959 bilhões, (a preços de hoje (são NCz\$ 338,8 bilhões, de maio). O projeto do orçamento traz também, para decisão do Congresso, um conflito entre os dois outros poderes constitucionais.

O Judiciário recusou-se a aceitar os limites de gastos propostos pelo Executivo, e este não incluiu a parte do Judiciário no orçamento, limitando-se a fazer sua própria previsão dos gastos para a Justiça, dentro da reserva de contingência. A proposta original do Judiciário — que é 167% superior ao limite proposto — foi enviada à parte, como anexo do projeto de lei, para apreciação do Legislativo, de acordo com determinação do Supremo Tribunal Federal, que não admitiu que o Executivo fizesse nenhuma alteração nela.

Receita fiscal e da seguridade social

(em NCz\$ milhões)

Especificação	Fiscal		Seguridade		Total	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Do tesouro	281.604,5	59,11	48.331,5	10,15	329.936,0	69,26
Incondicional	277.584,6	58,27	45.801,5	9,62	323.386,1	67,88
Condicional	4.019,9	0,84	2.530,0	0,53	6.549,9	1,38
De outras fontes	6.869,5	1,44	2.056,3	0,43	8.925,8	1,87
Total	288.474,0	60,55	50.387,8	10,58	338.861,8	71,13

Despesa fiscal e da seguridade social

(em NCz\$ milhões)

Especificação	Fiscal		Seguridade		Total	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Pessoal e enc.socia	13.594,1	2,85	10.648,6	2,24	24.242,7	5,09
Serviço da dívida	218.469,3	45,86	186,8	0,04	218.656,1	45,90
Encargos	34.336,1	7,21	56,0	0,01	34.392,1	7,22
Amortizações	184.133,2	38,65	130,8	0,03	184.264,0	38,68
Transfer. constit. a Estados e Municípios	13.702,9	2,88	—	—	13.702,9	2,88
Outras desp. correntes e de capital	34.311,4	7,20	46.138,7	9,69	80.495,1	16,89
Investimentos	7.109,7	1,49	1.371,7	0,29	8.481,4	1,78
Diversos	27.201,7	5,71	44.812,0	9,40	72.013,7	15,11
Reserva de Contingência	1.765,0	0,37	—	—	1.765,0	0,37
Total	281.842,7	59,16	57.019,1	11,97	338.861,8	71,13

DESPESAS

O projeto do orçamento para 90 obedece à Constituição de 88, abrangendo pela primeira vez a maior parte dos gastos do governo. Ele está dividido em três grandes partes: o orçamento fiscal, que engloba este ano os gastos com amortização e encargos da dívida pública; o orçamento da Seguridade Social, que reúne todos os gastos com previdência, saúde e assistência social, até este ano dispersos; e o orçamento de investimento das empresas estatais.

Das despesas previstas no projeto, a preços de maio, NCz\$ 281,8 bilhões são do Orçamento

Fiscal — 59,16% do PIB, estimado em NCz\$ 476 bilhões e —NCz\$ 57 bilhões são do orçamento da Seguridade (11,97% do PIB). Mas, se forem abatidas das despesas do orçamento fiscal as transferências a Estados e Municípios (NCz\$ 13,7 bilhões) e o serviço da dívida (NCz\$ 218,5 bilhões), os gastos do governo com pessoal, custeio e investimentos ficam reduzidos a NCz\$ 49 bilhões — menos do que os gastos da Previdência, assinala o secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Parente.

☐ Mais informações sobre orçamento na página 5